



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



DECLARAÇÃO POLÍTICA

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Há três meses, o governo do Partido Socialista decretou, em consonância com o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia, o fim da crise.

O permanente aumento do desemprego por toda a Europa e, particularmente, no nosso País e na nossa Região (com uma previsão, feita pelo Banco de Portugal, de atingir, ao longo deste ano, os 12%) ...não é crise.

Quando, em Portugal, a perspectiva de chegarmos aos 700.000 desempregados é, só por si, aterradora, pelo que isso representa de angústia e sofrimento para milhares e milhares de lares portugueses, dizem-nos que não há crise!

Foi, portanto, decretado o fim deste flagelo. Mas em que planeta está o Partido Socialista? Sem sombra de dúvida, só poderá estar no planeta da alta finança, pois, para este partido, o fim da crise coincidiu com a diminuição da necessidade de injectar dinheiro público para salvar a Banca. Dinheiro que, feitas as contas para um só Banco, já daria para pagar o subsídio de desemprego a todas e a todos os desempregados, durante sete anos.

Mas, afinal, a insolvência da Banca é que era a verdadeira crise! A gigantesca “tempestade” social provocada pela Banca internacional corresponde, apenas, a 'efeitos colaterais' ou 'tóxicos' de pequena monta.

Agora, o combate ao déficit é que é a verdadeira batalha e, como já não há crise, vamos encetar uma política de contenção. Perto de 200.000 desempregados sem qualquer apoio social, manutenção de pensões escandalosamente baixas, salários exíguos, uma previsão de 0% de aumentos para 2010 ou políticas activas para o emprego, nada disso se vê, no concreto. A prioridade é o déficit orçamental.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Taxar as mais-valias ganhas em Bolsa, taxar as grandes fortunas, alterar o modo de financiamento da Segurança Social, acabar com despesas supérfluas (como 600 milhões de euros para escritórios de advogados 'amigos'), entre outras medidas, para aumentar, justamente, os instrumentos de ataque ao flagelo social que temos pela frente, nada disto o PS aceita. Quem é que aguenta? Os mesmos de sempre. No capital financeiro não se toca.

É neste contexto e com estas prioridades que, neste momento, assistimos à preparação do Orçamento de Estado.

O PS, ao afastar as propostas à sua esquerda, adoptou o caminho do costume: fazer pagar a crise pelos que menos têm. Para cumprir este desiderato, PSD e CDS acotovelam-se, empurram-se, para serem os parceiros do Governo. Todos e todas acompanhamos, expectantes, o final desta disputa: será que alcançam a meta ao mesmo tempo?

A previsibilidade de um Orçamento contrário aos interesses de quem trabalha é cada vez mais certa.

Ora, é exactamente para este enquadramento orçamentaal, que o PS quer levar a discussão da Lei das Finanças Regionais. Até, talvez, como moeda de troca. Cá estaremos para ver, sendo certo que esta Lei tem implicações orçamentais. Mas, na opinião do Bloco de Esquerda, o primeiro passo é verificar se esta Lei é justa e adequada. E a esta questão dizemos, claramente, não!

Se não vejamos. Com o pretexto correcto e inegável da reiterada gestão gastadora e ruínosa de Alberto João Jardim, o Partido Socialista, numa manobra política desastrosa, pune a população da Madeira. Ao colocar como base de cálculo o PIB, o PS ignora, conscientemente, o peso das transacções efectuadas na Zona Franca financeira da Madeira para este mesmo indicador.

Toda a gente sabe que a Madeira, a sua população e também o País, no seu todo (Açores incluído) só perdem com a existência desta Zona Franca. Nem um cêntimo reverte para o bem-estar das populações! Contudo, este paraíso fiscal concorre, para



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



efeitos contabilísticos, com cerca de 20 a 22% para o PIB Madeirense. O concurso destes números faz com que a Madeira, ao ser excluída do Objectivo1, perca cerca de 100 milhões de euros por ano de fundos europeus.

E o desafio é este: estão o PS, o PSD e o CDS disponíveis para que o PIB artificial proveniente da Zona Franca não entre para o cálculo global? Claro que não! Fazê-lo era o reconhecimento expresso do quão prejudicial ela é. E, aqui, Carlos César, Alberto João Jardim, Paulo Portas, Manuela Ferreira Leite e José Sócrates estão juntos. Não se toca no capital financeiro e na lavagem de dinheiro dos poderosos. Mais uma vez, as dificuldades das populações são meros danos colaterais.

Num ano em que os três partidos concorrem para se juntar, num Orçamento que traz mais crise à crise, é importante dizer que o Off-Shore da Madeira concorreu, em 2009, para uma fuga legal aos impostos, com a astronómica e recordista verba de mil e novecentos milhões de euros. E, depois, dizem que não há dinheiro para os subsídios de desemprego...

É, pois, justa a reivindicação de uma lei justa. Ou, como afirmou bem recentemente, o Presidente do Governo Regional dos Açores, nós estaremos bem quando os outros também o estejam e estaremos tanto melhor, quanto melhor todos os outros estiverem.

O Bloco de Esquerda não faz tráfico político com os interesses das populações e com os seus legítimos anseios. É por isso que tem sido coerente em todos os Parlamentos – Açores, Madeira e República – quanto a esta questão.

Não pactuamos com os desmandos despesistas de Alberto João Jardim, constantemente encobertos pelo PSD, facto que lhe retira credibilidade para falar de contenção, nos apoios sociais ou salariais. O mesmo PSD que viabiliza o Orçamento Rectificativo a troco, não de 120 milhões – inicialmente pretendido –, mas de 74 milhões, por conta das dívidas de Alberto João Jardim. Recordemos aquele espectáculo indecoroso, em que, na mesma sessão parlamentar em que o Ministro das Finanças verberava contra o despesismo do Governo Regional da Madeira, os seus colegas de governo regateavam quantos milhões iriam deixar passar.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



O Bloco de Esquerda quer contribuir para resolver esta injustiça, com justiça e coerência. Para isso defendemos a alteração da actual Lei, tendo como base três princípios norteadores:

- 1 – Não lesar, de nenhuma forma, os Açores;
- 2 – Pôr fim ao endividamento descontrolado da Madeira;
- 3 – Recusar a retroactividade, na aplicação da Lei.

Não quero acabar, sem dar nota de dois aspectos:

Segundo a UTAD – Unidade Técnica de Apoio Orçamental -, entidade da Assembleia da República, a versão da proposta, agora, em análise, aumentará o valor das receitas para a Madeira, em cerca de 74 milhões de euros e, para os Açores, em 7 milhões. Mesmo com alguma margem de correcção, estamos muito longe dos 400 milhões de euros, com o que o PS pretendeu intoxicar a opinião pública! E, curiosamente, é uma verba igual àquela que o PS lhe entregou, sem qualquer critério, à vista desarmada...

Acresce ainda que, como todos sabemos, abandonar a referência do PIB, será benéfico para os Açores, a prazo.

Como o Bloco de Esquerda sempre defendeu, também há diferenças na Madeira, mas estas não resultam do misterioso trabalho da Natureza; são antes obra dos políticos e das políticas que se empenham em estar sempre do lado dos mesmos.